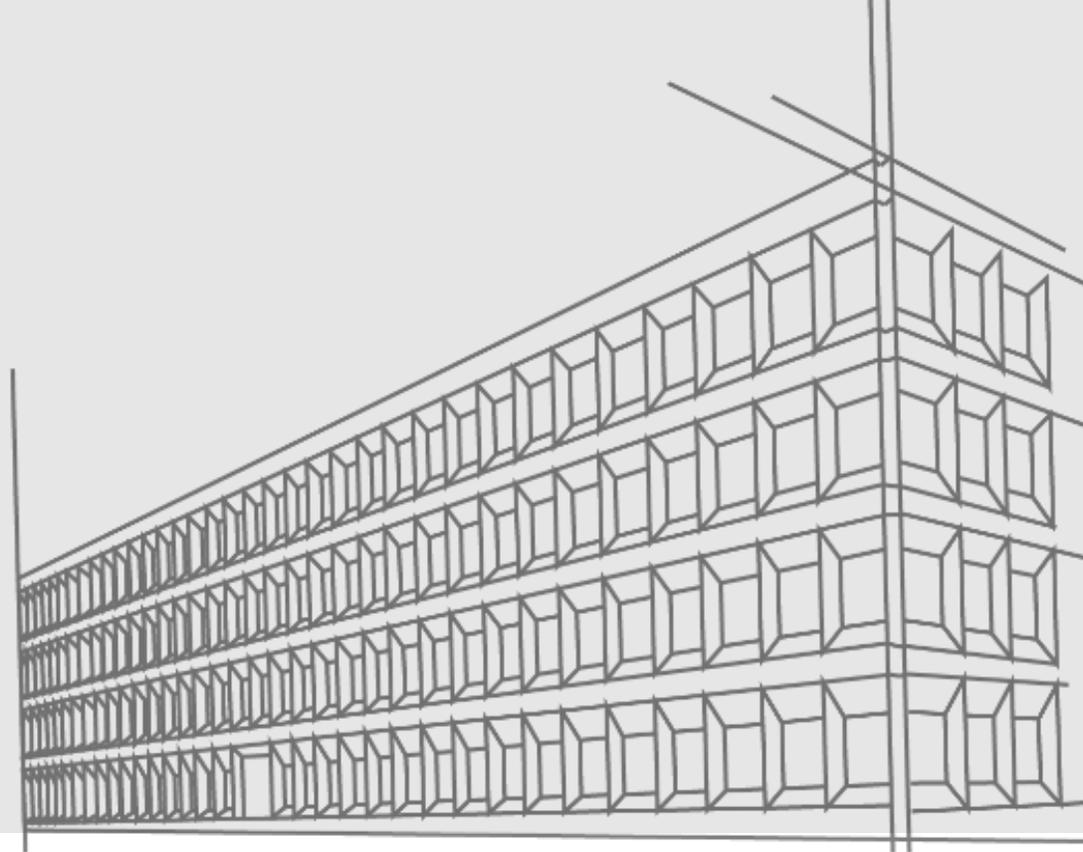
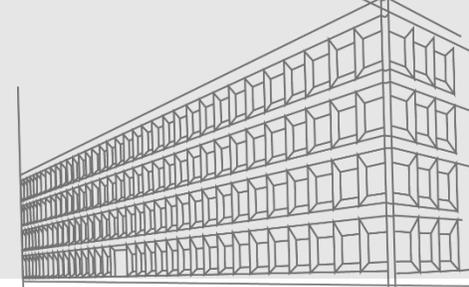


Atuação do TCU na Reforma Agrária



Fiscalizações e Deliberações



Secretaria-Geral de Controle Externo

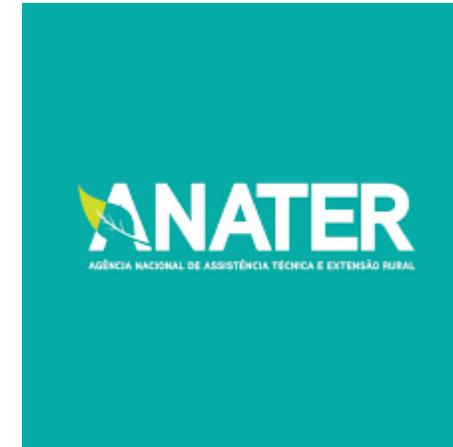
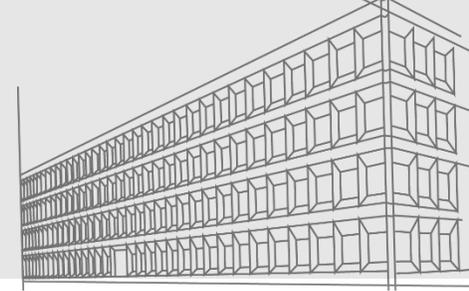
Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

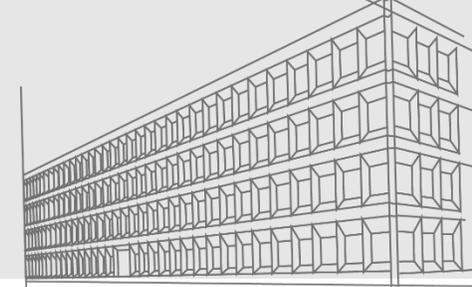
Diretoria da AudSustentabilidade - DTerra

- Maria Gabriela Aleixo, Diretora
- Isabella Rezende, Auditora

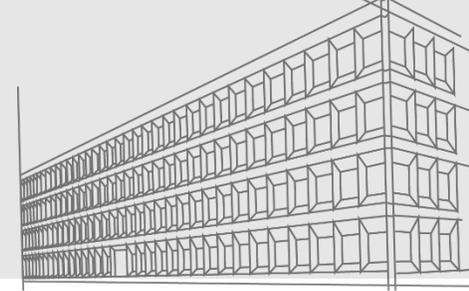
Clientela da AudSustentabilidade (DTerra)



Sumário



- Introdução
- Histórico
- Acórdão 1.976/2017-Plenário
- Monitoramentos
- Últimas Fiscalizações sobre Reforma Agrária



Unidade Técnica

- Contas
- **Auditorias**
- **Representações**

- **Monitoramentos**



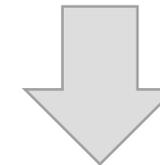
Ministro Relator

- Relatório
- Voto



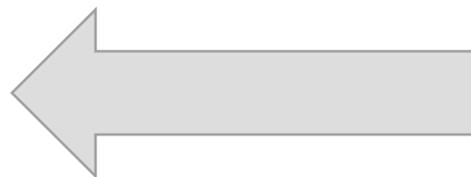
Colegiado

- Acórdão

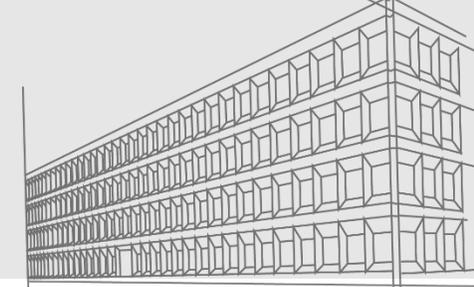


Medidas corretivas

- Determinações
- Recomendações
- Ciências



Auditorias coordenadas (2015 a 2021)



- **Acórdão 2.028/2015–Plenário :**

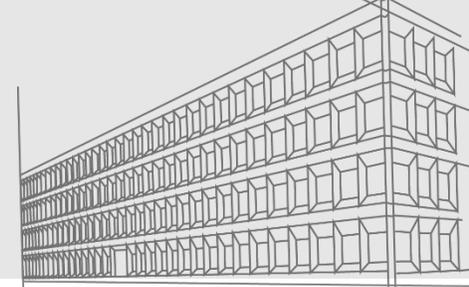
- autorizou a realização de fiscalização pelas unidades regionais do TCU, no tema “Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária”:

- AP: Acórdão 442/2021–Plenário
- GO: Acórdão 2.427/2020–Plenário
- MS: Acórdão 1.952/2019–Plenário
- PA: Acórdão 1.482/2023-Plenário
- RO: Acórdão 2.029/2020–Plenário
- RR: Acórdão 2.624/2020–Plenário
- SP: Acórdão 2.028/2020–Plenário
- TO: Acórdão 1.768/2020–Plenário



- irregularidades detectadas
- multas aplicadas
- inabilitações para exercício de função pública
- ciência das irregularidades ao Inbra

Auditorias coordenadas (2015 a 2021)

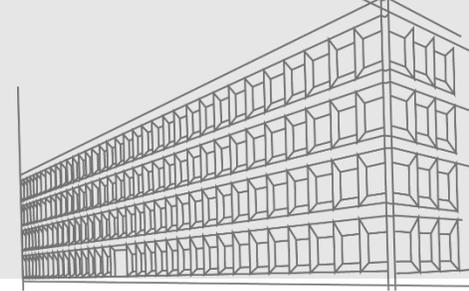


- fragilidades sistêmicas na formação da relação de beneficiários do PNRA (atuação TCU no PNRA – 1996 a 2015)
- irregularidades apontadas nas 8 fiscalizações realizadas nos Estados (**auditorias coordenadas**)
- indícios de **irregularidades** em grande número de registros de **beneficiários** identificados a partir do **cruzamento de dados** do Sipra **com dados de outras bases públicas**



Representação da UT
(TC 000.517/2016-0)

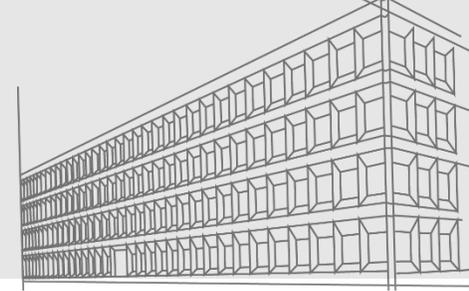
Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito



O TCU, na apreciação do mérito:

- considerou parcialmente procedente a representação;
- assinou prazo para **anulação** dos processos de seleção **irregulares**;
- encaminhou determinações e recomendações, principalmente ao Incra
- revogou a medida cautelar anteriormente determinada;
- processo apartado para análise das alegações de defesa dos responsáveis (TC 001.526/2017-0);

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

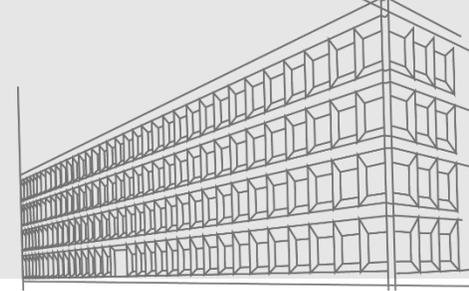


Principais determinações para a correção das irregularidades:

a) quanto ao processo de seleção de beneficiários:

- ampla divulgação da abertura
- inscrições por meio de processo aberto (abster-se de listas fechadas de indicados por atores alheios)
- obediência estrita aos critérios de priorização
- motivação e publicidade para os casos de eliminação de candidatos
- ampla divulgação do resultado dos processos
- adaptações necessárias ao Sipra (classificação dos beneficiários)
- rigorosa avaliação das inconsistências dos dados em relação aos dados informados pelos beneficiários

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

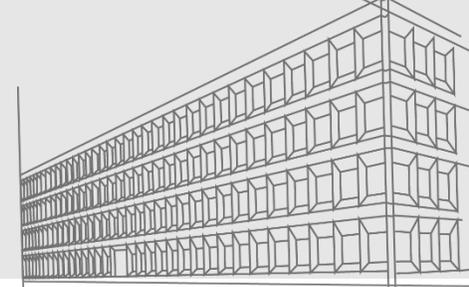


Principais determinações para a correção das irregularidades:

b) quanto a aspectos de gestão estratégica:

- contínuo **planejamento** das ações de Supervisão Ocupacional nas superintendências regionais
- regular dinâmica de **monitoramento** das ações de Supervisão Ocupacional realizadas por suas SR;
- busca de maior eficiência e eficácia na **reintegração de lotes** da reforma agrária **irregularmente** ocupados;
- desenvolvimento de **indicadores** para a aferição dos resultados apresentados pelos PA, sob o prisma da eficiência, eficácia e efetividade da política.

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

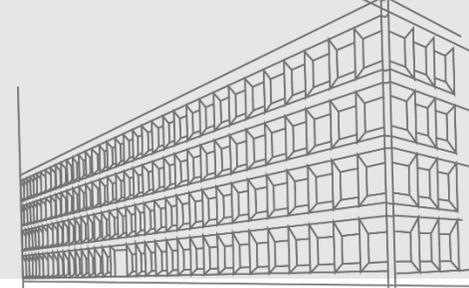


Principais determinações para a correção das irregularidades:

c) quanto aos créditos da reforma agrária:

- manutenção da **suspensão da remissão (perdão) dos créditos** para os beneficiários com **indícios de irregularidade** (art. 3º da Lei 13.001/2014)
- observação das orientações para o **saneamento dos indícios de irregularidades** e o seu tratamento quando confirmados ou não.

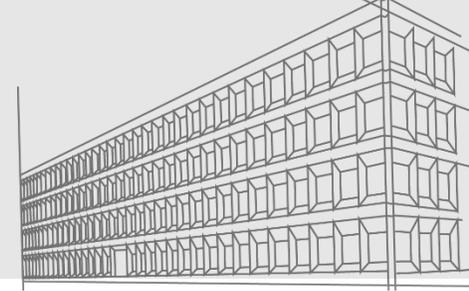
Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito



Principais recomendações:

- a) **utilização periódica do cruzamento de dados** de bases públicas para nortear as ações de Supervisão Ocupacional.
- b) estabelecimento de **prioridades** para a apuração dos indícios de irregularidades
- c) Sead, Incra, Casa Civil, Min. Planejamento: busca de **alternativas** para viabilizar os meios necessários para que a autarquia cumpra sua missão institucional e, em especial, **apure os indícios de irregularidades** apontados (reiterado no MON I)

Acórdão 1.976/2017-Plenário – Monitoramentos (2018 a 2028)



Monitoramento:

- exame da efetividade das **medidas apuratórias**;
- aferição dos **resultados apresentados pelos assentamentos**, sob o prisma da eficiência, eficácia e efetividade da política de reforma agrária.

MON I – Acórdão 3.155/2019-Plenário

MON II – Acórdão 169/2023-Plenário

MON III – previsto para início em junho/2025.

Primeiro monitoramento



Acórdão 3.155/2019-Plenário (MON I):

- Acórdão 1.976/2017-Plenário: 7 itens cumpridos/implementados: plano de apuração; canal para recebimento de denúncias; plano de providências (Sipra); plano de supervisão ocupacional dos indícios; e suspensão dos processos de seleção de beneficiários.
- Não cumprido/não implementado: 9.8 (indicadores) e 9.10 (recomendação de recursos aos demais órgãos);
- Em cumprimento: os demais
- **Novas** determinações/recomendações: indicadores, plano de ação de irregularidades, pedido de recursos, acesso ao SNSO.

MON I

Em
cumprimento

Cumpridos/
Implementados

Novas

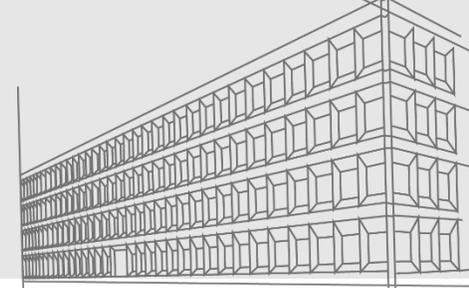
Cerca de 20
itens

7 itens

4 itens

Acórdão 1.976/2017-Plenário

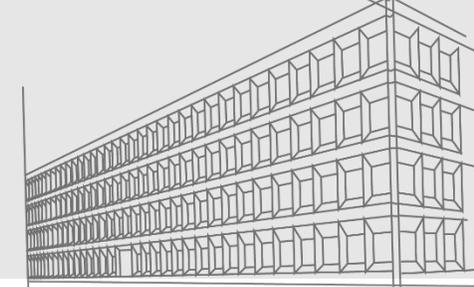
Primeiro monitoramento



Casos examinados pelo Incra:

101.077 (deferido e indeferido) - de 859.389 indícios de irregularidades
(cerca de 12% do total)

Segundo monitoramento



Acórdão 169/2023-Plenário:

- Acórdão 1.976/2017-P
 - Nenhum novo item cumprido
- Acórdão 3.155/2019-P (MON I):
 - 1 item cumprido: conceder acesso ao Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional ao TCU e CGU;
 - 1 item parcialmente cumprido: atualização do plano para apuração dos indícios.

MON II

Em
cumprimento

Cumpridos/
Implementados

Parcialmente
Cumprido

Cerca de 22
itens

1 item (acesso
ao SNSO)

1 item
(Atualização do
plano de
apuração)

Acórdão 1.976/2017-Plenário

Segundo monitoramento



Casos examinados pelo Incra:

142.406 (deferido e indeferido) - de 854.700 de total de indícios de irregularidades (cerca de 16,66% do total)

Últimas fiscalizações sobre Reforma Agrária



Acórdão
624/2018-Plenário

- **Min. Relator: Augusto Sherman**
- **Representação** em virtude de possíveis irregularidades na aplicação dos arts. 25, 26, 29 e 31 do Decreto 8.738/2016, que tratam da concessão e titulação de lotes da reforma agrária pelo Incra, bem como da demarcação de projetos de assentamentos com áreas coletivas
- **Decisão:** atualizar normas e regulamentos devido às alterações trazidas pela Lei 13.465/2017. Orientou o monitoramento das ações e processos de regularização de terras ocupadas irregularmente no monitoramento do Acórdão 1976/2017-Plenário. – cumprido no 1º monitoramento.

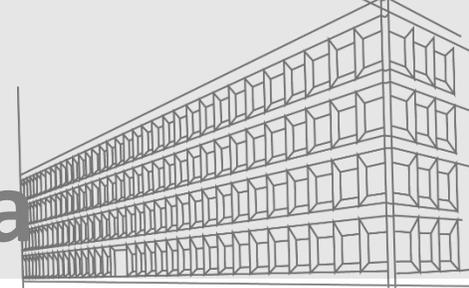
Acórdão
1.770/2020-Plenário

- **Min. Relator: Augusto Sherman**
- **Representação** em virtude de possíveis irregularidades na concessão e titulação de lotes da reforma agrária pelo Incra em todo o País;
- **Decisão:** considerou prejudicada a representação por perda de objeto devido a mudanças legais e normativas pela Lei 13.465/2017 e pelos Decretos 9.311/2018 e 10.166/2016.

Acórdão
438/2021-Plenário

- **Min. Relator: Augusto Sherman**
- **Representação** em virtude da continuidade dos processos de **obtenção de recursos fundiários para a reforma agrária**, mesmo com a existência de mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária existentes e 580 mil beneficiários com indícios de irregularidade em todo o País.
- **Decisão:** dar ciência ao INCRA para que seja incluído nas ações de supervisão ocupacional o levantamento de informações sobre a existência e o quantitativo de lotes vagos nos projetos de assentamento, quando do monitoramento do Acórdão 1976/2017-Plenário em atenção aos princípios constitucionais da legitimidade e da economicidade (art. 70 da CF/1988);

Últimas fiscalizações sobre Reforma Agrária



Acórdão
2.713/2022-
Plenário

- **Min. Relator – Marcos Bemquerer**
- **Auditoria de governança** da tecnologia e segurança da informação no Incra;
- **Decisão:** recomendações com vistas a implementar ações para fortalecer a transformação digital, melhorar a governança de dados, assegurar a continuidade de negócios, e resolver carências de recursos humanos e materiais, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços digitais da autarquia

Acórdão
816/2024-Plenário

- **Min. Relator: Walton Alencar Rodrigues**
- **Auditoria operacional** para **avaliação dos serviços digitais** do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), especialmente a utilização da Plataforma de Governança Territorial (PGT).
- **Decisão:** determinações acerca de implementação de controle de acesso, uso de login único gov.br, interoperabilidade de sistemas, anonimização de dados sensíveis e melhorias na Plataforma Governança Territorial (PGT). Recomendou também digitalização de serviços, substituir sistemas legados, revisar normas e planejar divulgação e testes dos serviços digitais.

FIM

21/5/2025

